

***Aché Laboratórios
Farmacêuticos S.A. e
Controladas***

*Informações Contábeis Intermediárias
Individuais e Consolidadas Referentes ao Período
de Nove Meses Findo em 30 de Setembro 2011 e
Relatório sobre a Revisão de Informações
Contábeis Intermediárias*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Destaques do 3º Trimestre de 2011

- ✓ Receita Líquida de R\$ 351,2 milhões, 13,6% superior em relação ao mesmo trimestre do ano anterior;
- ✓ Lucro Líquido de R\$ 87,4 milhões, 23,6% superior ao mesmo trimestre do ano anterior representando 24,9% da receita líquida;
- ✓ Obtenção de 11 novos registros de produtos junto a Anvisa no Trimestre, sendo 8 medicamentos de prescrição e 3 medicamentos genéricos.

Principais indicadores financeiros – consolidados

(R\$ milhões)	3T 10	3T 11	Var (%)	9M10	9M11	Var (%)
Receita Líquida	309,2	351,2	13,6%	924,7	1.022,6	10,6%
Lucro Bruto	247,9	283,5	14,4%	738,4	814,2	10,3%
<i>% Receita Líquida</i>	80,2%	80,7%	0,5 p.p	79,9%	79,6%	-0,2 p.p
Lucro Líquido	70,7	87,4	23,6%	199,2	237,0	19,0%
<i>% Receita Líquida</i>	22,9%	24,9%	2,0 p.p	21,5%	23,2%	1,6 p.p
EBITDA (ajustado)	101,1	111,7	10,5%	314,2	333,3	6,1%
<i>% Receita Líquida</i>	32,7%	31,8%	-0,9 p.p	34,0%	32,6%	-1,4 p.p

I – Visão Geral

No 3T11 a receita líquida foi de R\$ 351,2 milhões, 13,6% superior ao mesmo período do ano anterior. O EBITDA acumulado no ano alcançou R\$ 333,3 milhões. A margem do EBITDA atingiu 32,6% sobre a receita líquida.

O lucro líquido do 3T11 foi de R\$ 87,4 milhões, representando uma evolução de 23,6% em relação ao mesmo período do ano anterior.

II – Contexto do Negócio

1. Mercado Farmacêutico Total – MFT

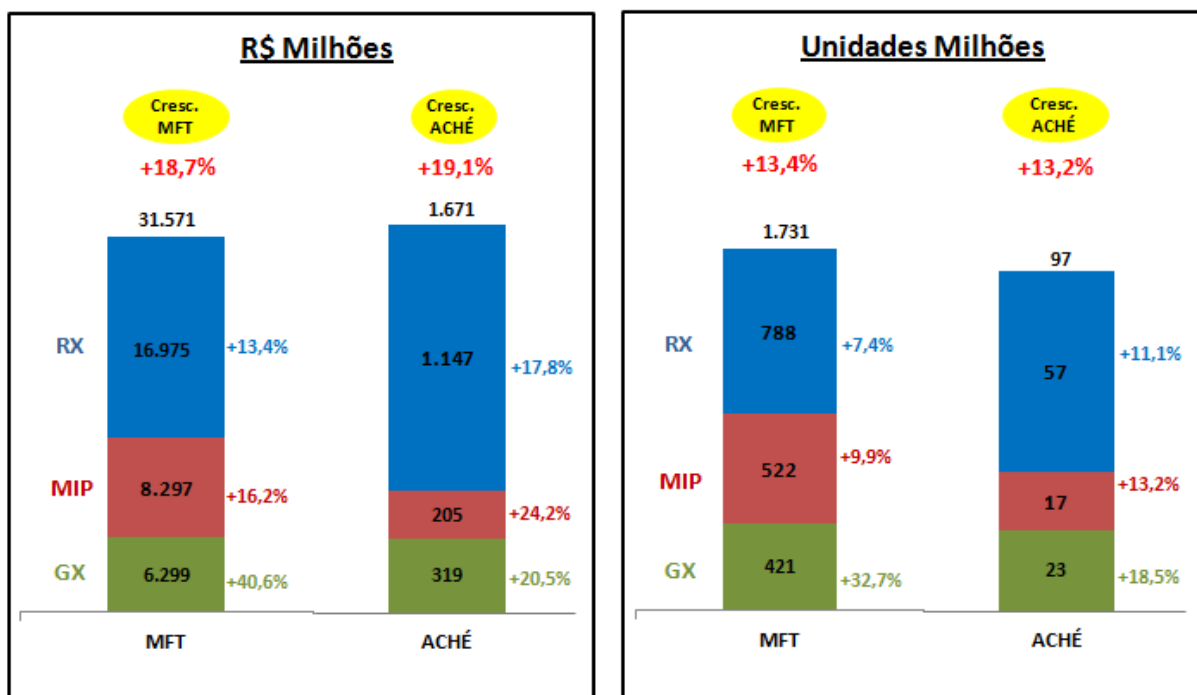
O mercado farmacêutico brasileiro registrou evolução de 18,7% em valor e 13,4% em unidades no período de janeiro a setembro de 2011, quando comparado com o mesmo período do ano passado.

O mercado de medicamentos de prescrição, que representa 54% do MFT em valor, cresceu 13,4% em valor comparado ao acumulado de janeiro a setembro de 2010 e 7,4% em unidades. O mercado de medicamentos isentos de prescrição, que representa 26% do MFT em valor, cresceu 16,2% comparado ao mesmo período do ano anterior em valor e 9,9% em unidades. O mercado de medicamentos genéricos, que representa 20% do MFT em valor, nesse mesmo período, cresceu 40,6% em valor e 32,7% em unidades.

O gráfico abaixo apresenta uma comparação entre o desempenho do MFT e do Aché por unidade de negócio.

% de Crescimento do Mercado x Aché

Acumulado Jan a Set 2011 x Acumulado Jan a Set 2010



Nota de esclarecimento (1): As análises de mercado baseiam-se em dados fornecidos pelo IMS. É importante destacar que, apesar de serem bastante difundidas e servirem de referência para a maior parte do setor, as informações podem induzir a uma imagem distorcida do posicionamento relativo das empresas no ranking, com relação a valores e unidades. Isso acontece porque o cálculo da demanda leva em conta o total de unidades distribuídas e o preço fábrica, sem considerar o valor real de venda. A distorção é ainda maior nos produtos genéricos, que oferecem descontos significativos em relação ao preço fábrica.

2. O Aché no Mercado Farmacêutico Total – MFT

A demanda da Companhia alcançou no acumulado de janeiro a setembro de 2011 R\$ 1,7 bilhões, valor 19,1% superior ao mesmo período de 2010. Em unidades, a demanda do Aché atingiu 98 milhões com aumento de 13,2%, em linha com a evolução do mercado farmacêutico total. Esse crescimento se deu principalmente em função do desempenho dos segmentos de prescrição e de medicamentos isentos de prescrição (MIP) que evoluíram acima dos seus respectivos mercados.

Na geração de receituário médico, seu principal segmento de atuação, o Aché é o líder do mercado farmacêutico com 6,5% de participação, que representa uma diferença de 1,1 ponto percentual em relação ao segundo colocado.

Unidade de Negócios de Prescrição:

Representando 69% da demanda gerada pela Companhia, essa unidade atingiu R\$ 1,1 bilhões, com evolução de 17,8% - se comparado ao mesmo período de 2010 - e superior ao crescimento de 13,4% apresentado pelo mercado. Em unidades, o Aché alcançou 57 milhões de unidades demandadas, ou seja, uma evolução de 11,1% contra 7,4% apresentados pelo mercado no mesmo período.

Em 2011 a Companhia manteve a estratégia de consolidação da sua liderança em receituário por meio da capilaridade da visita médica e lançamento de produtos.

Foram lançados nesse período 7 novos medicamentos (Fisioton, Eucerin Aquaporin, Neo-Decapeptyl, Linha Profuse, Eucerin Dermodensifyer, Femme Fólico e Clopin), 3 novas apresentações de Zargus e uma nova apresentação de Dualid-S.

Na tabela abaixo, destacamos os produtos que apresentaram na demanda em \$Reais os maiores crescimentos da unidade de prescrição, comparando o acumulado desse ano com o do ano passado:

Prescrição
% Evolução Jan a Set
2011 Vs 2010

RK	Produto	\$ Reais
1	Meritor	168,3%
2	Adinos	108,6%
3	Millar	70,7%
4	Biomag	58,7%
5	Busonid Nasal	52,7%
6	Artrosil	52,2%
7	Dermomax	48,9%
8	Cefalium	46,3%
9	Remilev	44,9%
10	Cefaliv	44,7%

Unidade de Negócios Medicamentos Isentos de Prescrição - MIP:

Em demanda, a unidade MIP também apresentou um desempenho positivo no acumulado de 2011 atingindo R\$ 205 milhões e uma evolução de 24,2%, enquanto o mercado cresceu apenas 16,2%. Em unidades, o Aché alcançou um volume de 17 milhões, com crescimento de 13,2% contra 9,9% apresentados pelo mercado.

Na tabela abaixo, destacamos os principais crescimentos da unidade MIP, comparados ao mesmo período de 2010:

MIP
% Evolução Jan a Set
2011 Vs 2010

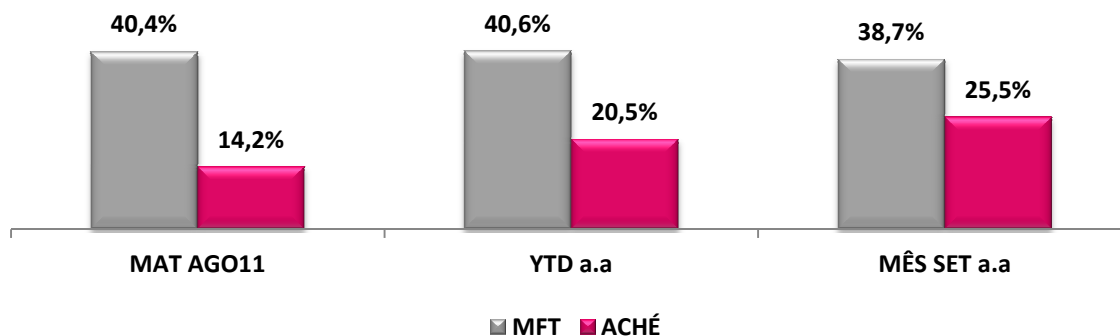
RK	Produto	\$ Reais
1	Sintocalmy	123,6%
2	Andantol	89,5%
3	Flagass	60,7%
4	Flogoral	38,8%
5	Decongex Plus	29,0%
6	Doraliv	23,9%
7	Paraqueimol	21,8%
8	Proepa	19,3%
9	Biofenac aero	15,4%
10	Vita-E	11,4%

Unidade de Negócios Genéricos:

Até setembro de 2011, a evolução da demanda da unidade de Genéricos ficou abaixo do mercado desse segmento. Em valores, a unidade Genéricos atingiu R\$ 319 milhões e uma evolução de 20,5% no acumulado de 2011, enquanto o mercado cresceu 40,6% no mesmo período.

No entanto, a unidade sinaliza com forte tendência de evolução nos últimos meses, aproximando-se cada vez mais aos patamares de crescimento alcançados por esse mercado extremamente competitivo. Ainda em valores, no mês de setembro de 2011, a unidade apresentou 25,5% de crescimento comparado ao mesmo mês de 2010, enquanto o mercado evoluiu 38,7%:

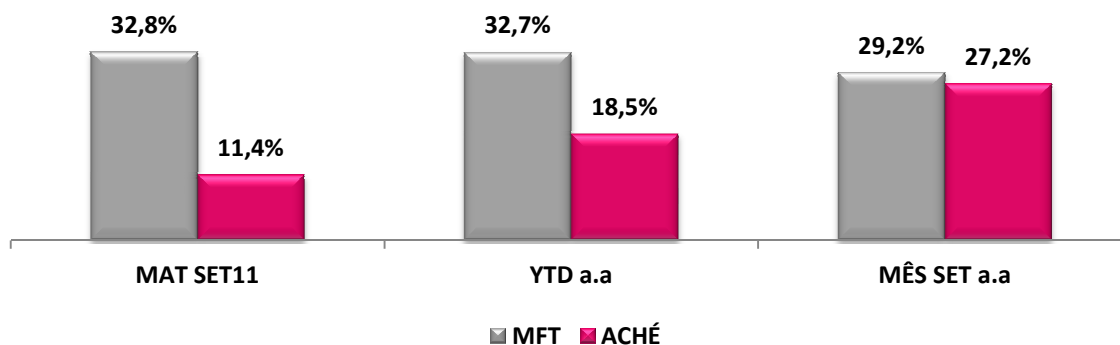
% de Evolução MFT vs Aché - R\$



Em unidades, no acumulado de 2011 o Aché alcançou um volume de 23 milhões, com crescimento de 18,5% contra os 32,7% apresentados pelo mercado no mesmo período.

Porém, reforçando a tendência de evolução da unidade Genéricos, no mês de setembro o Aché alcançou um crescimento de 27,2% em comparação ao mesmo mês de 2010, enquanto o mercado evoluiu 29,2%:

% de Evolução MFT vs Aché - Unidades



No período de Janeiro a Setembro de 2011 foram lançadas as moléculas Val. Betametasona + Sulf. Gentamicina + Tolnaftato + Clioquinol; Mal. Dexclorfeniramina + Betametasona e Montelucaste, bem como 10 novas extensões de linha (Cetoconazol, Clor. Verapamil, Amoxicilina, Losartana Potássica, Ibuprofeno e Clor. Amiodarona).

Como principal destaque entre os lançamentos da unidade, Montelucaste é o primeiro medicamento genérico dessa molécula a chegar ao mercado.

Na tabela abaixo, destacamos os principais crescimentos da unidade de Genéricos:

Genéricos
% Evolução Jan a Set
2011 Vs 2010

RK	Produto	\$ Reais
1	Aciclovir	3744,0%
2	Amoxicilina + Clavul.	2668,3%
3	Riperidona	1293,7%
4	Ox Escitalopram	260,3%
5	Losartana Potas.	173,9%
6	Clor. Verapamil	155,9%
7	Amoxicilina	119,7%
8	Clor. Metformina	110,9%
9	Glibenclamida	102,6%
10	Clor. Ciprofloxacino	90,3%

III – Desempenho Econômico – Financeiro

Resultado Consolidado

(R\$ milhões)	3T 10	s / RL	3T 11	s / RL	9M10	s / RL	9M11	s / RL
Receita Líquida	309,2	100,0%	351,2	100,0%	924,7	100,0%	1.022,6	100,0%
Lucro Bruto	247,9	80,2%	283,5	80,7%	738,4	79,9%	814,2	79,6%
Vendas e Administrativas	(146,7)	-47,4%	(167,6)	-47,7%	(431,0)	-46,6%	(492,6)	-48,2%
Outras Operacionais	(6,1)	-2,0%	(1,9)	-0,5%	(22,7)	-2,5%	(14,1)	-1,4%
Lucro Operacional (EBIT)	95,1	30,8%	114,0	32,5%	284,7	30,8%	307,5	30,1%
Resultado financeiro líquido	6,3	2,0%	10,0	2,8%	13,7	1,5%	31,7	3,1%
Lucro antes IR/CSLL	101,4	32,8%	124,0	35,3%	298,4	32,3%	339,2	33,2%
Lucro Líquido	70,7	22,9%	87,4	24,9%	199,2	21,5%	237,0	23,2%
EBITDA (ajustado)	101,1	32,7%	111,7	31,8%	314,2	34,0%	333,3	32,6%

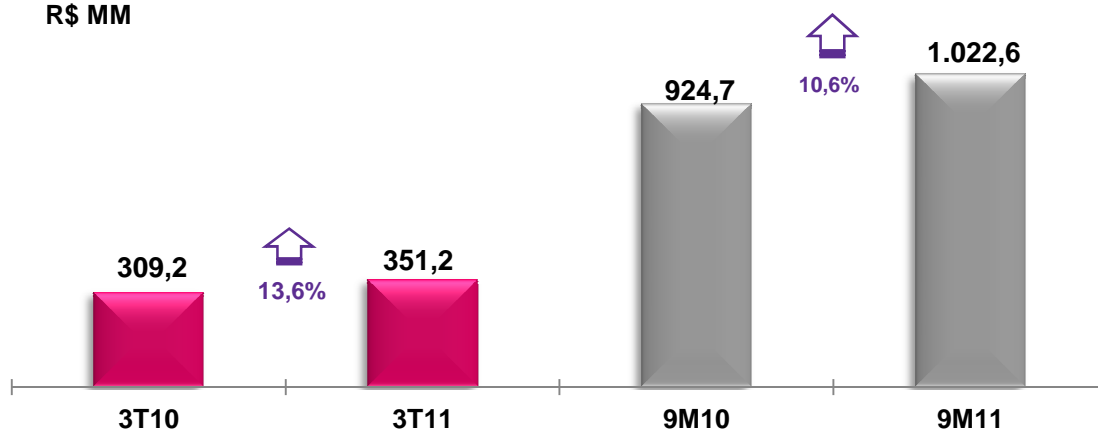
1. Receita Líquida de Vendas

No 3T11 a receita líquida foi de R\$ 351,2 milhões, 13,6% superior quando comparada ao mesmo trimestre do ano anterior.

A participação na receita líquida, por unidade de negócio no acumulado do ano, foi a seguinte: Prescrição 80,1%, MIP 11,3% e Genéricos 8,6%.

Receita Líquida

R\$ MM

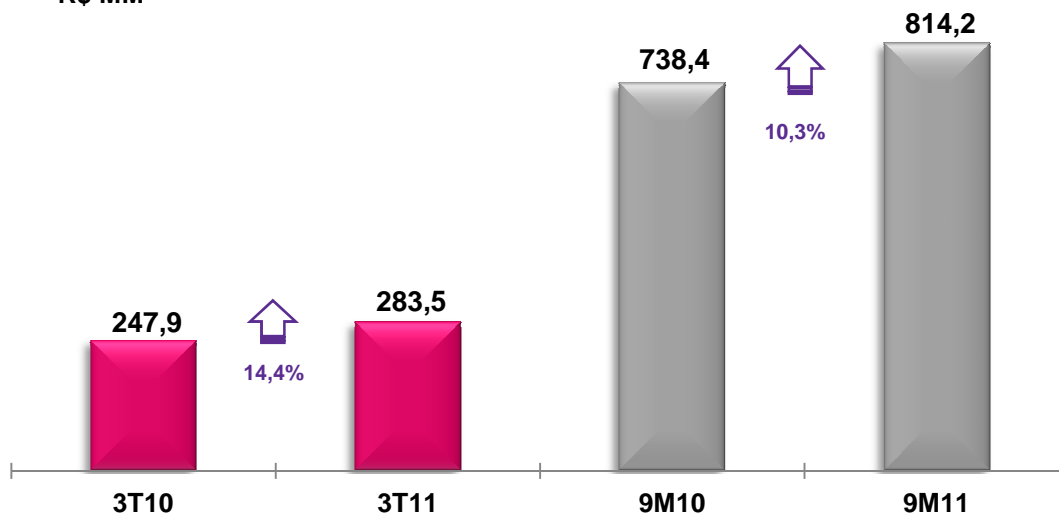


2. Lucro Bruto

No 3T11 o lucro bruto foi de R\$ 283,5 milhões, 14,4% superior quando comparado ao mesmo trimestre do ano anterior.

Lucro Bruto

R\$ MM



3. Despesas com Vendas

As despesas com vendas no 3T11 representaram R\$ 141,7 milhões, 40,3% da receita líquida conforme quadro abaixo:

(R\$ milhões)	3T 10	s / RL	3T 11	s / RL	9M10	s / RL	9M11	s / RL
Despesas com Vendas	125,4	40,6%	141,7	40,3%	373,4	40,4%	414,3	40,5%

4. Despesas Gerais e Administrativas

Em virtude de despesas extraordinárias relacionadas à constituição de provisões para obsolescência de estoques, as despesas gerais e administrativas no 3T11 representaram R\$ 25,9 milhões, 7,4% da receita líquida:

(R\$ milhões)	3T 10	s / RL	3T 11	s / RL	9M10	s / RL	9M11	s / RL
Despesas gerais e administrativas	21,3	6,9%	25,9	7,4%	57,6	6,2%	78,2	7,6%

5. EBITDA Ajustado

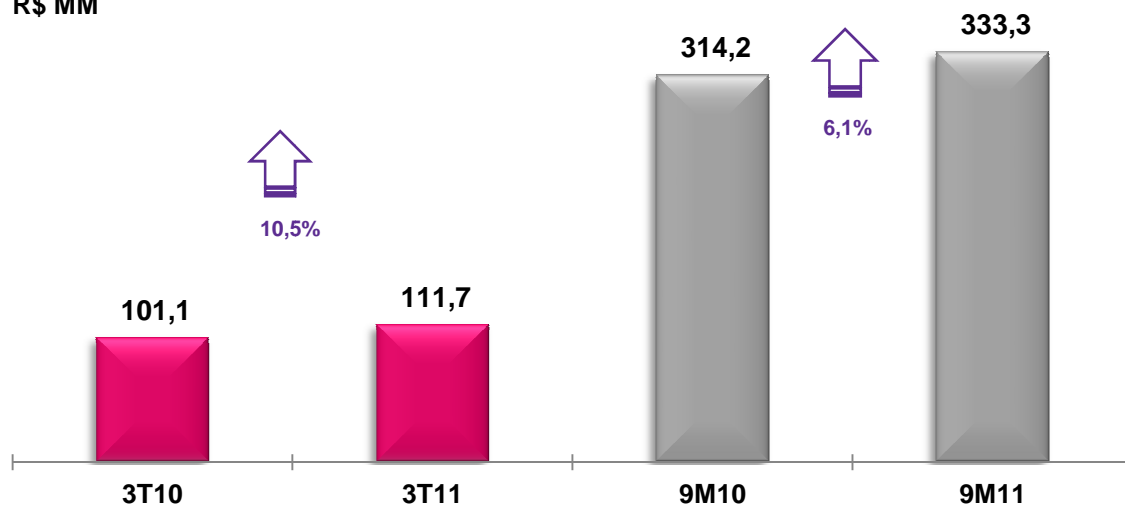
O EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortizações), acumulado no 3T11, atingiu R\$ 333,3 milhões. Esse valor representa uma margem EBITDA de 32,6% contra 34% no mesmo período do ano anterior.

O EBITDA AJUSTADO foi calculado conforme demonstrado abaixo:

EBITDA Ajustado (R\$ milhões)	9M10	9M11	Var (%)
Lucro Líquido	199,2	237,0	19,0%
Provisão para IR e CS	99,3	102,7	3,4%
Resultado Financeiro Líquido	(13,7)	(31,7)	131,4%
Depreciação e Amortizações	12,9	15,2	17,9%
Despesas/Receitas não Recorrentes	16,5	10,1	-38,8%
EBITDA Ajustado	314,2	333,3	6,1%
Margem	34,0%	32,6%	-1,4 p.p

EBITDA Ajustado

R\$ MM



6. Receitas Financeiras

As receitas financeiras líquidas no 3T11 representam R\$ 12,6 milhões com aumento de R\$ 9 milhões quando comparadas ao mesmo período do ano anterior.

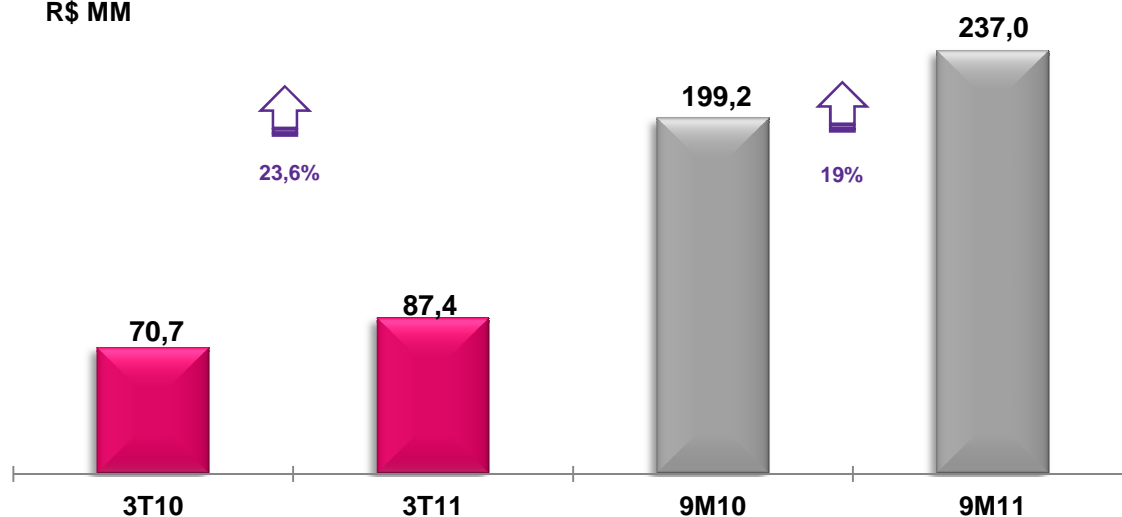
(R\$ milhões)	3T 10	s / RL	3T 11	s / RL	9M10	s / RL	9M11	s / RL
Receitas financeiras, líquidas	3,6	1,2%	12,6	3,6%	11,7	1,3%	32,9	3,2%
Variação Cambial	0,9	0,3%	(2,8)	-0,8%	0,6	0,1%	(2,2)	-0,2%
AVP (ajustes a valor presente)	1,8	0,6%	0,2	0,0%	1,4	0,2%	1,0	0,1%
Resultado financeiro	6,3	2,0%	10,0	2,8%	13,7	1,5%	31,7	3,1%

7. Lucro Líquido

O lucro líquido foi de R\$ 237 milhões, superior em 19% ao mesmo período acumulado em 2010.

Lucro Líquido

R\$ MM



8. Endividamento Líquido

A Companhia no 3T11 encerrou com uma posição líquida de caixa de R\$ 343,5 milhões, conforme quadro abaixo:

(R\$ milhões)	Saldo em		
	30.09.10	30.09.11	Var (%)
Empréstimos e financiamentos - CP	67,4	79,1	17,4%
Empréstimos e financiamentos - LP	194,0	133,9	-31,0%
Endividamento Bruto	261,4	213,0	-18,5%
Caixa e equivalentes de caixa	475,3	550,8	15,9%
Aplicações financeiras - LP	5,1	5,7	11,8%
Endividamento líquido	(219,0)	(343,5)	56,8%

O endividamento bruto de longo prazo da Companhia foi de R\$ 133,9 milhões, com vencimento até 2025.

9. Investimentos

9.1 Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação – P&DI

Em 2011 os investimentos em P&DI totalizam R\$ 32,4 milhões, superior 10,5% em relação ao mesmo período de 2010. A Companhia tem em desenvolvimento 5 projetos de inovação radical e 4 projetos de inovação incremental, tendo propiciado o depósito de uma patente.

Além disso, a Companhia possui 167 projetos em desenvolvimento que, através de metodologia disciplinada e estruturada, conduzida pelo seu PMO – Escritório de Projetos têm acelerado sua renovação de portfólio.

No período de janeiro a setembro de 2011, a Companhia obteve 22 registros de produtos junto a ANVISA, sendo 11 medicamentos de prescrição, 1 medicamento isento de prescrição e 10 medicamentos genéricos.

9.2 Imobilizado

Em 2011 os investimentos na nova unidade produtiva em Guarulhos alcançaram R\$ 25,3 milhões, com parte financiada pelo BNDES.

Na adequação do parque fabril, para aumento de escala produtiva, foram investidos R\$ 14 milhões em máquinas e equipamentos.

Nota: As declarações e informações sobre o futuro não são garantias de desempenho, pois envolvem riscos, incertezas e suposições, dependendo, portanto, de circunstâncias que poderão ocorrer ou não. Os resultados futuros e a criação de valor para os acionistas poderão diferir daqueles expressos ou sugeridos pelas declarações com relação ao futuro.

Adicionalmente, algumas informações como participação de mercado, demanda de mercado, demanda por unidade de negócio, unidades vendidas por unidade de negócio, números e percentuais de crescimento por unidade de negócio, despesas com novos negócios, receita por unidade de negócio, número de projetos em desenvolvimento e registros de novos medicamentos não foram objeto de exame pelos auditores independentes.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas pela confiança, aos colaboradores pelo seu comprometimento, aos clientes e consumidores pela sua preferência e aos fornecedores e parceiros pelo apoio.

A Administração

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores do
Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A.
Guarulhos - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, do Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A. (“Companhia”), referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, que compreendem os balanços patrimoniais e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e nove meses findos em 30 setembro de 2011 e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas


Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e a IAS 34.

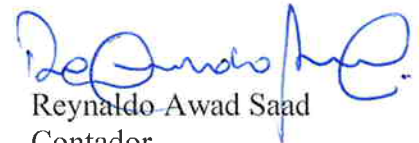
Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado (“DVA”), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da Administração, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é considerada informação suplementar pelas Normas Internacionais de relatório Financeiro (“IFRS”), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não estão elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 28 de outubro de 2011


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Reynaldo Awad Saad
Contador
CRC nº 1 SP 215056/O-1

ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
		30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10			30/09/11	31/12/10		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	161.077	120.190	550.767	495.841	Fornecedores	14	28.120	13.720	35.359	17.508
Contas a receber de clientes	6	120.758	114.021	181.643	179.739	Empréstimos e financiamentos	15	70.821	65.356	79.132	71.598
Estoques	7	115.318	98.062	165.235	154.001	Obrigações tributárias	16	28.654	17.390	65.202	28.954
Impostos e contribuições sociais a recuperar	8	10.778	17.231	23.579	23.415	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		35.155	30.274	47.478	39.606
Dividendos a receber de controladas		-	112.925	-	-	Contas a pagar		6.383	6.605	14.743	16.895
Despesas antecipadas		15.808	13.149	18.776	16.566	Dividendos a pagar		15.114	139.792	15.114	139.792
Outros créditos		12.021	8.453	20.332	17.098	Outras obrigações		760	1.230	4.682	5.254
Total do ativo circulante		<u>435.760</u>	<u>484.031</u>	<u>960.332</u>	<u>886.660</u>	Total do passivo circulante		<u>185.007</u>	<u>274.367</u>	<u>261.710</u>	<u>319.607</u>
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários		-	-	5.703	5.204	Empréstimos e financiamentos	15	112.866	153.415	133.861	175.912
Depósitos judiciais		1.767	1.767	1.952	2.012	Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	69.320	65.053	152.708	138.707
Impostos e contribuições sociais a recuperar	8	1.215	654	1.650	821	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18	55.796	121.705	96.529	128.140
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	65.537	88.389	89.876	98.272	Outras obrigações		17.677	16.570	21.390	19.827
Outros créditos		1.422	1.422	1.422	1.422	Total do passivo não circulante		<u>255.659</u>	<u>356.743</u>	<u>404.488</u>	<u>462.586</u>
Investimentos	11	656.044	589.018	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Imobilizado	12	489.860	466.163	589.269	561.816	Capital social	20.a	407.310	407.310	407.310	407.310
Intangível	13	28.011	28.648	260.445	260.978	Reservas de capital	20.b	174.212	174.212	174.212	174.212
Total do ativo não circulante		<u>1.243.856</u>	<u>1.176.061</u>	<u>950.317</u>	<u>930.525</u>	Reserva de reavaliação		6.117	6.275	6.117	6.275
						Ajuste de avaliação patrimonial		177.826	179.098	177.826	179.098
						Reservas de lucros	20.c	262.087	262.087	262.087	262.087
						Lucros acumulados		211.398	-	211.398	-
						Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		1.238.950	1.028.982	1.238.950	1.028.982
						Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas		-	-	5.501	6.010
						Total do patrimônio líquido		<u>1.238.950</u>	<u>1.028.982</u>	<u>1.244.451</u>	<u>1.034.992</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>1.679.616</u>	<u>1.660.092</u>	<u>1.910.649</u>	<u>1.817.185</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.679.616</u>	<u>1.660.092</u>	<u>1.910.649</u>	<u>1.817.185</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2011 E DE 2010

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
		30/09/11	30/09/10	30/09/11	30/09/10
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21	728.823	657.389	1.022.622	924.741
Custo dos produtos vendidos	22	(150.724)	(135.027)	(208.466)	(186.366)
LUCRO BRUTO		578.099	522.362	814.156	738.375
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Com vendas	22	(307.469)	(270.492)	(414.464)	(373.410)
Gerais e administrativas	22	(59.422)	(49.937)	(78.118)	(57.635)
Participações dos empregados e administradores no resultado	27	(12.910)	(11.335)	(16.361)	(14.260)
Resultado de equivalência patrimonial	11	67.026	82.283	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23	34.030	(9.284)	2.250	(8.436)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		299.354	263.597	307.463	284.634
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	24	22.446	15.738	51.425	39.047
Despesas financeiras	24	(14.879)	(24.551)	(17.553)	(25.956)
Variação cambial, líquida	24	(1.662)	507	(2.190)	587
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		305.259	255.291	339.145	298.312
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	10	(41.171)	(42.815)	(80.287)	(58.607)
Diferidos	10	(27.120)	(13.297)	(22.399)	(40.658)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		236.968	199.179	236.459	199.047
ATRIBUÍVEL AOS					
Acionistas controladores		236.968	199.179	236.968	199.179
Acionistas não controladores		-	-	(509)	(132)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO POR AÇÃO					
Básico	28	3,71	3,12	3,71	3,12
Diluído	28	3,71	3,12	3,71	3,12

As demonstrações do resultado abrangente não foram apresentadas devido ao fato de que a Companhia e suas controladas não apresentaram itens que afetassem os resultados abrangentes nos períodos de nove meses findos em 30 setembro de 2011 e de 2010.

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
		30/09/11	30/09/10	30/09/11	30/09/10
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21	246.832	222.122	351.156	309.181
Custo dos produtos vendidos		(49.996)	(45.241)	(67.664)	(61.237)
LUCRO BRUTO		196.836	176.881	283.492	247.944
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Com vendas		(104.366)	(93.607)	(141.681)	(125.470)
Gerais e administrativas		(18.539)	(17.699)	(25.886)	(21.272)
Participações dos empregados e administradores no resultado	27	(4.393)	(2.734)	(5.473)	(3.429)
Resultado de equivalência patrimonial	11	33.879	28.720	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23	2.975	(2.859)	3.597	(2.700)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		106.392	88.702	114.049	95.073
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	24	7.692	5.740	18.861	13.928
Despesas financeiras	24	(3.417)	(8.314)	(6.065)	(8.537)
Variação cambial, líquida	24	(2.140)	823	(2.831)	931
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		108.527	86.951	124.014	101.395
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	10	(17.095)	(13.350)	(33.881)	(21.254)
Diferidos	10	(4.072)	(2.870)	(3.031)	(9.542)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		87.360	70.731	87.102	70.599
ATRIBUÍVEL AOS					
Acionistas controladores		87.360	70.731	87.360	70.731
Acionistas não controladores		-	-	(258)	(132)
LUCRO LÍQUIDO DO TRIMESTRE POR AÇÃO					
Básico		1,37	1,11	1,37	1,11
Diluído		1,37	1,11	1,37	1,11

As demonstrações do resultado abrangente não foram apresentadas devido ao fato de que a Companhia e suas controladas não apresentaram itens que afetassem os resultados abrangentes nos trimestres findos em 30 setembro de 2011 e de 2010.

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais - R\$)

	Reservas de capital			Ajuste de avaliação patrimonial		Reservas de lucros					Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas	Total patrimônio líquido (IFRSs e BR GAAP)	
	Capital social	Reserva especial de ágio	Reserva de ágio na emissão de ações	Reserva de reavaliação em ativos próprios	Custo atribuído em ativos próprios	Custo atribuído em ativos de controladas	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de novos produtos e imobilizado	Reserva para expansão					Reserva de lucros não distribuídos
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	407.310	167.767	6.445	6.488	149.207	31.703	43.807	-	54.395	33.650	-	-	900.772	-	900.772
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(162)	-	-	-	-	-	-	-	162	-	-	-
Realização dos ajustes ao custo atribuído	-	-	-	-	(1.176)	(183)	-	-	-	-	-	1.359	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	199.179	199.179	(132)	199.047
Resultado do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2010	407.310	167.767	6.445	6.326	148.031	31.520	43.807	-	54.395	33.650	-	200.700	1.099.951	(132)	1.099.819
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	407.310	167.767	6.445	6.275	147.639	31.459	43.807	289	54.395	33.650	129.946	-	1.028.982	6.010	1.034.992
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(158)	-	-	-	-	-	-	-	158	-	-	-
Realização dos ajustes ao custo atribuído	-	-	-	-	(234)	(1.038)	-	-	-	-	-	1.272	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	236.968	236.968	(509)	236.459
Constituição de reserva para novos produtos, pesquisa e desenvolvimento e investimentos em ativo imobilizado conforme AGO realizada em 26 de abril	-	-	-	-	-	-	-	-	129.946	-	(129.946)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio pagos conforme AGE realizada em 24 de maio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(27.000)	(27.000)	-	(27.000)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2011	407.310	167.767	6.445	6.117	147.405	30.421	43.807	289	184.341	33.650	-	211.398	1.238.950	5.501	1.244.451

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2011 E DE 2010

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
		30/09/11	30/09/10	30/09/11	30/09/10
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		305.259	255.291	339.145	298.312
Ajustes para conciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	22	11.567	10.177	15.164	12.866
Resultado na venda de bens do ativo imobilizado		32	(85)	35	(234)
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		(32.369)	24.352	1.929	24.340
Provisão para perdas em estoques		(5.124)	(2.043)	(13.252)	(3.869)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(67.026)	(82.283)	-	-
Provisões de juros e variações monetárias e cambiais		13.197	14.528	13.845	12.191
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		85	(464)	(69)	(1.391)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		(6.822)	(50.656)	(1.835)	(60.092)
Estoques		(12.132)	(19.967)	2.018	(20.468)
Impostos e contribuições sociais a recuperar		(2.672)	(23.640)	(9.633)	(36.459)
Despesas antecipadas e outros créditos		(6.225)	(2.888)	(5.383)	(6.909)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		14.400	9.419	17.853	7.323
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		4.881	5.084	7.872	5.025
Obrigações tributárias		(5.540)	18.880	(10.243)	22.234
Imposto de renda e contribuição social pagos		(15.471)	(19.792)	(24.824)	(28.256)
Riscos tributários, cíveis e trabalhistas pagos		(33.540)	(7.938)	(33.540)	(8.170)
Juros pagos de financiamentos e empréstimos		(12.862)	(14.854)	(13.930)	(15.903)
Outras obrigações		82	1.994	(1.494)	(4.172)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>149.720</u>	<u>115.115</u>	<u>283.658</u>	<u>196.368</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Dividendos recebidos de controladas	17	112.925	110.910	-	-
Aquisição de capital em empresas controladas menos caixa líquido		-	(20.132)	-	(16.703)
Aquisição de imobilizado e intangível	12 e 13	(34.663)	(21.630)	(42.123)	(25.368)
Recebimento por vendas de bens do ativo imobilizado		-	35	-	35
Aquisição de títulos e valores mobiliários		-	-	(499)	(476)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		<u>78.262</u>	<u>69.183</u>	<u>(42.622)</u>	<u>(42.512)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Recebimento de debêntures		-	-	-	78.432
Captações de empréstimos e financiamentos		11.904	23.879	15.154	26.335
Amortizações de empréstimos e financiamentos		(47.321)	(43.986)	(49.586)	(46.061)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(151.678)	(181.242)	(151.678)	(181.242)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(187.095)</u>	<u>(201.349)</u>	<u>(186.110)</u>	<u>(122.536)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>40.887</u>	<u>(17.051)</u>	<u>54.926</u>	<u>31.320</u>
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	5	120.190	167.138	495.841	444.018
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	5	161.077	150.087	550.767	475.338
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>40.887</u>	<u>(17.051)</u>	<u>54.926</u>	<u>31.320</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2011 E DE 2010

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
		30/09/11	30/09/10	30/09/11	30/09/10
RECEITAS					
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		858.280	773.586	1.180.128	1.066.486
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(85)	9.230	69	13.512
Outras receitas		526	336	1.056	1.060
		<u>858.721</u>	<u>783.152</u>	<u>1.181.253</u>	<u>1.081.058</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Matérias-primas consumidas		107.064	94.316	149.530	130.602
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		6.422	6.395	6.456	6.395
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		149.130	175.759	244.394	244.445
Perda (recuperação) de valores ativos		2.916	788	8.182	(3.038)
		<u>265.532</u>	<u>277.258</u>	<u>408.562</u>	<u>378.404</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO		<u>593.189</u>	<u>505.894</u>	<u>772.691</u>	<u>702.654</u>
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	22	11.567	10.177	15.164	12.866
VALOR ADICIONADO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		<u>581.622</u>	<u>495.717</u>	<u>757.527</u>	<u>689.788</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado da equivalência patrimonial	11	67.026	82.283	-	-
Receitas financeiras	24	22.446	15.738	51.425	39.047
		<u>89.472</u>	<u>98.021</u>	<u>51.425</u>	<u>39.047</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		<u>671.094</u>	<u>593.738</u>	<u>808.952</u>	<u>728.835</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal		<u>170.399</u>	<u>154.756</u>	<u>227.019</u>	<u>204.366</u>
Remuneração direta		146.349	131.155	194.594	172.749
Benefícios		14.170	14.753	19.314	19.972
FGTS		9.880	8.848	13.111	11.645
Impostos, taxas e contribuições		<u>229.044</u>	<u>200.453</u>	<u>301.365</u>	<u>278.826</u>
Federais		156.090	134.405	199.947	187.403
Estaduais		72.106	64.706	99.883	89.515
Outros tributos		848	1.342	1.535	1.908
Remuneração de capitais de terceiros		<u>34.683</u>	<u>39.350</u>	<u>44.109</u>	<u>46.596</u>
Juros	24	16.541	24.044	19.743	25.369
Aluguéis		18.142	15.306	24.366	21.227
Remuneração de capitais próprios		<u>236.968</u>	<u>199.179</u>	<u>236.459</u>	<u>199.047</u>
Dividendos e juros sobre o capital próprio		27.000	-	27.000	-
Lucros retidos do período		209.968	199.179	209.968	199.179
Participações de acionistas não controladores		-	-	(509)	(132)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) Objeto social

O Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A. (“Companhia”) e controladas é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Guarulhos, na Rodovia Presidente Dutra, km 222,2 e tem por objeto social a industrialização, comercialização, importação e exportação de produtos farmacêuticos para consumo humano e atua nos principais segmentos farmacêuticos, tais como respiratório, musculoesquelético, saúde feminina, sistema nervoso central, cardiologia, dermatologia, vitaminas, oncologia e cosmético, por meio de unidades de negócios de prescrição, hospitalar, genéricos e medicamentos isentos de prescrição.

b) Aquisições de controladas

Em agosto de 2010, a Companhia adquiriu a participação no controle da Indústria Farmacêutica Melcon do Brasil S.A. através da compra de 50% das ações. A aquisição coloca a Companhia no mercado de hormônios e tem como objetivo a produção própria desse tipo de medicamento.

O valor da aquisição é de R\$20.072, sendo contabilizado um ágio de R\$13.901 e investimento de R\$6.172 (R\$6.010 atualizados para dezembro de 2010, visto que o investimento original era referente a agosto de 2010). Adicionalmente, a transação possui um saldo residual de R\$12.000 que está vinculado ao cumprimento de metas relacionadas ao registro de produtos em andamento.

Dessa forma, a Companhia possui participação direta nas seguintes sociedades:

- i. Biosintética Farmacêutica Ltda. (“Biosintética”) - tem por objeto social a industrialização, comercialização, importação e exportação de produtos farmacêuticos para consumo humano e atua nos principais segmentos farmacêuticos, tais como respiratório, sistema nervoso central, cardiologia, dermatologia, oncologia, através de unidades de negócios de prescrição, genéricos e medicamentos isentos de prescrição.
- ii. Aché International (BVI) Ltd. (“BVI”) - tem por objetivo principal manter parcerias com outras empresas internacionais, para o desenvolvimento técnico e operacional dos seus produtos.
- iii. Labofarma Produtos Farmacêuticos Ltda. (“Labofarma”) - tem por objetivo principal a distribuição de medicamentos.
- iv. Indústria Farmacêutica Melcon do Brasil S.A. (“Melcon”) - tem por objetivo principal a industrialização, comercialização, importação e exportação de hormônios.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias da Companhia, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, compreendem:

- As informações contábeis intermediárias consolidadas elaboradas de acordo com o CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.
- As informações contábeis intermediárias individuais elaboradas de acordo com o CPC 21 - Demonstração Intermediária.

As informações contábeis intermediárias individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira. Dessa forma, essas informações contábeis intermediárias individuais não são consideradas como estando em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”), que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado, atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas informações contábeis intermediárias consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas informações contábeis intermediárias individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2. Base de elaboração

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas informações contábeis consolidadas estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário.

2.3. Reclassificação das informações contábeis

Com o objetivo de apresentar uma melhor comparação entre os períodos findos em 30 de setembro de 2011 e de 2010, as informações contábeis referentes ao período findo em 30 de setembro de 2010 foram reclassificadas, a fim de estarem consistentes e uniformes com aquelas referentes ao período findo em 30 de setembro de 2011.

2.4. Principais práticas contábeis

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas de maneira consistente com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis anuais da Companhia, divulgadas em 24 de fevereiro de 2011.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

Na aplicação das práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores financeiros dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Principais julgamentos na aplicação das práticas contábeis:

a) Redução dos valores de recuperação dos ativos

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Nas datas dos balanços, a Administração da Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Nas datas dos balanços nenhuma evidência de não realização foi identificada.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo uso contínuo de um ativo até o fim de sua vida útil. Até as datas dos balanços nenhum ativo apresentou valor recuperável superior ao seu valor residual.

A Companhia avalia anualmente a recuperação do ágio de um investimento e usa práticas aceitáveis de mercado, incluindo fluxos de caixa descontados, para comparar o valor contábil com o valor recuperável dos ativos.

A recuperação do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos e circunstâncias que podem resultar na necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Se algum fato ou circunstância indicar que a recuperação do ágio está afetada, então o teste é antecipado.

b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia e suas controladas fazem estimativas para a avaliação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual julga ser em montante considerado suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. A estimativa da avaliação das perdas para créditos de liquidação duvidosa é feita tendo como ponto de partida os créditos vencidos há mais de 180 dias e com processo de cobrança judicial e saldos de clientes específicos que apontem risco de realização em seus compromissos.

c) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais e administrativos, conforme descrito na nota explicativa nº 18. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas informações contábeis intermediárias.

4. ADOÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NOVAS E REVISTAS

a) Novos pronunciamentos, alterações nos pronunciamentos existentes e novas interpretações listados a seguir foram publicados e são obrigatórios para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2011 ou posteriores.

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 30 de setembro de 2011. Entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
Modificações à IFRS 1	Isenção limitada de divulgações comparativas da IFRS 7 para adotantes iniciais	Aplicáveis a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2010.
Modificações à IFRS 7	Divulgações - transferências de ativos financeiros	Aplicáveis a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011.
Modificações à IAS 32	Classificação de direitos de emissão	Aplicáveis a períodos anuais com início em ou após 1º de fevereiro de 2010.
Modificações à IFRIC 14	Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento	Aplicáveis a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
Modificações à IFRS 1	Eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs	Aplicáveis a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011.

- b) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia

A Companhia não adotou antecipadamente os seguintes novos e revisados pronunciamentos, interpretações e alterações de pronunciamentos já emitidos, mas que ainda não se tornaram efetivos.

IFRS 9	Instrumentos financeiros	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
Modificações à IAS 12	Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo de acordo com a IAS 40	Aplicáveis a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2012.
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	Substituiu a IAS 27 em relação aos requerimentos aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas. A IFRS 10 determinou um único modelo de consolidação baseado em controle, independentemente da natureza do investimento.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013

Considerando as atuais operações da Companhia e de suas controladas, a Administração não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo da rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” inclui caixa em poder da Companhia. O saldo dessa rubrica no fim do período de relatório, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, como demonstrado a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>
Caixa e bancos	2.306	3.933	3.510	5.636
Aplicações financeiras	<u>158.771</u>	<u>116.257</u>	<u>547.257</u>	<u>490.205</u>
	<u>161.077</u>	<u>120.190</u>	<u>550.767</u>	<u>495.841</u>

As aplicações financeiras compreendem os Certificados de Depósito Bancário - CDBs, distribuídos em diversas instituições financeiras, com rendimento variando de 100,0% a 103,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e são classificados pela Companhia e por suas controladas na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”; por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>
Clientes	128.730	121.909	202.451	200.616
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(7.972)</u>	<u>(7.888)</u>	<u>(20.808)</u>	<u>(20.877)</u>
Total	<u>120.758</u>	<u>114.021</u>	<u>181.643</u>	<u>179.739</u>

O saldo das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>
Títulos a vencer	123.280	111.530	184.913	176.828
Títulos vencidos:				
De 1 a 30 dias	211	1.574	113	1.864
De 31 a 60 dias	300	355	543	512
De 61 a 90 dias	157	47	272	128
De 91 a 180 dias	19	234	56	411
Acima de 180 dias	<u>4.763</u>	<u>8.169</u>	<u>16.554</u>	<u>20.873</u>
	<u>128.730</u>	<u>121.909</u>	<u>202.451</u>	<u>200.616</u>

A Companhia constitui estimativa para créditos de liquidação duvidosa em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis nas contas a receber. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída tendo como ponto de partida os créditos vencidos há mais de 180 dias e com processo de cobrança judicial e saldos de clientes específicos que apontem risco de realização de seus compromissos. Desse montante são excluídos os créditos em negociação.

7. ESTOQUES

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>
Produtos acabados	46.492	40.703	73.380	71.074
Produtos em elaboração	7.990	4.844	13.282	11.520
Matérias-primas	55.099	51.541	78.583	70.667
Adiantamento a fornecedor	10.180	4.489	12.791	8.435
Provisão para perdas em estoques	<u>(4.443)</u>	<u>(3.515)</u>	<u>(12.801)</u>	<u>(7.695)</u>
	<u>115.318</u>	<u>98.062</u>	<u>165.235</u>	<u>154.001</u>

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECUPERAR

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	1.188	5.056	1.196	5.127
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	3.940	11	3.940
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.862	3.297	8.343	3.298
Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços - ICMS	3.305	2.735	3.683	3.472
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	2.522	1.605	3.566	2.155
Programa de Integração Social - PIS	650	451	3.129	2.835
Outros tributos a recuperar	<u>251</u>	<u>147</u>	<u>3.651</u>	<u>2.588</u>
	<u>10.778</u>	<u>17.231</u>	<u>23.579</u>	<u>23.415</u>
Circulante	10.778	17.231	23.579	23.415
Não circulante	<u>1.215</u>	<u>654</u>	<u>1.650</u>	<u>821</u>
	<u>11.993</u>	<u>17.885</u>	<u>25.229</u>	<u>24.236</u>

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos - ativo e passivo são provenientes de despesas e receitas temporariamente não dedutíveis e/ou tributáveis, créditos fiscais incorporados, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, como segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>
<u>Ativo</u>				
Imposto de renda diferido sobre:				
Prejuízos fiscais	-	5.434	-	5.434
Provisões temporariamente não dedutíveis				
Riscos tributários, cíveis e trabalhistas	34.770	48.304	44.445	49.316
Participações nos resultados	2.811	3.325	2.811	3.326
Créditos de liquidação duvidosa	1.925	1.904	5.134	5.151
Perda de estoques	1.531	1.163	4.206	2.534
Outras	<u>5.095</u>	<u>1.229</u>	<u>7.432</u>	<u>2.864</u>
	<u>46.132</u>	<u>61.359</u>	<u>64.028</u>	<u>68.625</u>
Contribuição social diferida sobre:				
Bases negativas	4.088	8.188	4.088	8.188
Riscos tributários, cíveis e trabalhistas	10.366	15.238	13.849	15.603
Participações nos resultados	1.012	1.197	1.012	1.197
Créditos de liquidação duvidosa	693	685	1.848	1.854
Perda de estoques	551	419	1.514	912
Outras	<u>2.695</u>	<u>1.303</u>	<u>3.537</u>	<u>1.893</u>
	<u>19.045</u>	<u>27.030</u>	<u>25.848</u>	<u>29.647</u>
	<u>65.537</u>	<u>88.389</u>	<u>89.876</u>	<u>98.272</u>
<u>Passivo</u>				
Imposto de renda diferido sobre:				
Reavaliação	2.150	2.208	3.055	3.396
Custo atribuído ao ativo imobilizado (“deemed cost”)	29.500	29.735	32.486	32.723
Ágio amortizado para fins fiscais	2.862	2.862	53.847	46.617
Custo dos empréstimos	4.292	2.252	4.292	2.252
Atualização monetária de depósitos judiciais (regime de caixa)	12.488	11.104	12.488	11.104
Ajuste a valor presente de passivos financeiros	-	-	4.937	4.656
Outros	-	-	<u>1.501</u>	<u>1.571</u>
	<u>51.292</u>	<u>48.161</u>	<u>112.606</u>	<u>102.319</u>

	Controladora		Consolidado	
	(BR GAAP)		(BR GAAP e IFRSs)	
	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>
Contribuição social diferida sobre:				
Reserva de reavaliação	337	351	663	779
Custo atribuído ao ativo imobilizado (“deemed cost”)	10.620	10.705	11.696	11.781
Ágio amortizado para fins fiscais	1.030	1.030	19.385	16.782
Custo dos empréstimos	1.545	810	1.545	810
Atualização monetária de depósitos judiciais (regime de caixa)	4.496	3.996	4.496	3.996
Ajuste a valor presente de passivos financeiros	-	-	1.777	1.676
Outros	-	-	540	564
	<u>18.028</u>	<u>16.892</u>	<u>40.102</u>	<u>36.388</u>
	<u>69.320</u>	<u>65.053</u>	<u>152.708</u>	<u>138.707</u>

O ativo fiscal diferido registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de lucros tributáveis, descontadas ao seu valor presente, preparadas pela Companhia e por suas controladas, considerando, também, que a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa da contribuição social é limitada a 30% do lucro tributável anual, determinado de acordo com a legislação fiscal brasileira vigente e não possuem prazo de prescrição.

Conforme as projeções elaboradas pela Administração e aprovadas pelo Comitê de Finanças e pelo Conselho de Administração, o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social têm sua realização estimada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	(BR GAAP)		(BR GAAP e IFRSs)	
	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>
Sobre prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social:				
2011	4.088	10.333	4.088	10.333
2012	-	3.289	-	3.289
	<u>4.088</u>	<u>13.622</u>	<u>4.088</u>	<u>13.622</u>

10. CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação das taxas efetiva e nominal de imposto de renda e contribuição social para os períodos findos em 30 de setembro de 2011 e de 2010 é como segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	<u>30/09/11</u>	<u>30/09/10</u>	<u>30/09/11</u>	<u>30/09/10</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	305.259	255.291	339.145	298.312
Despesa nominal de imposto de renda e contribuição social - 34%	(103.788)	(86.799)	(115.309)	(101.426)
Reconciliação da despesa de imposto renda e contribuição social à taxa efetiva:				
Resultado de equivalência patrimonial	22.351	27.443	-	-
Benefício fiscal com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica	5.120	4.124	5.504	4.580
Juros sobre o capital próprio pagos	9.180	-	9.180	-
Outras	<u>(1.154)</u>	<u>(880)</u>	<u>(2.061)</u>	<u>(2.419)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do período	<u>(68.291)</u>	<u>(56.112)</u>	<u>(102.686)</u>	<u>(99.265)</u>
Correntes	(41.171)	(42.815)	(80.287)	(58.607)
Diferidos	(27.120)	(13.297)	(22.399)	(40.658)

11. INVESTIMENTOS

	Controladora (BR GAAP e IFRSs)	
	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>
Participação em empresas controladas	630.697	563.671
Ágio - Asta Médica (vide nota explicativa nº 13)	11.446	11.446
Ágio - Indústria Farmacêutica Melcon do Brasil S.A. (vide nota explicativa nº 13)	<u>13.901</u>	<u>13.901</u>
	<u>656.044</u>	<u>589.018</u>

Com base na interpretação técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, para fins de apresentação dos balanços patrimoniais individuais, os ágios foram classificados como parte dos investimentos que lhes deram origem, pois fazem parte do investimento adquirido. No balanço patrimonial consolidado, os ágios foram reclassificados para o ativo intangível por serem referentes à expectativa de rentabilidade de cada controlada adquirida, cujos ativos e passivos estão consolidados nas demonstrações da Companhia.

As informações dos investimentos em controladas são como segue:

Controladas	Valores em 30/09/11		Participação - %	Resultado de equivalência patrimonial	Investimentos	
	Patrimônio líquido	Resultado do período			30/09/11	31/12/10
Aché International (BVI) Ltd.	1.232	121	100,0	121	1.232	1.111
Biosintética Farmacêutica Ltda.	625.521	68.989	100,0	68.989	625.521	556.532
Indústria Farmacêutica Melcon do Brasil S.A.	11.000	(1.017)	50,0	(509)	5.501	6.010
Labofarma Produtos Farmacêuticos Ltda.	(1.557)	(1.575)	100,0	(1.575)	(1.557)	18
				<u>67.026</u>	<u>630.697</u>	<u>563.671</u>

Movimentação dos investimentos em controladas:

Controladas	31/12/10	Resultado de equivalência patrimonial	30/09/11
Aché Internacional (BVI) Ltd.	1.111	121	1.232
Biosintética Farmacêutica Ltda.	556.532	68.989	625.521
Indústria Farmacêutica Melcon do Brasil S.A.	6.010	(509)	5.501
Labofarma Produtos Farmacêuticos Ltda.	<u>18</u>	<u>(1.575)</u>	<u>(1.557)</u>
	<u>563.671</u>	<u>67.026</u>	<u>630.697</u>

Os detalhes das transações entre partes relacionadas estão descritos na nota explicativa nº 17.

12. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação - %	Controladora (BR GAAP)					
		30/09/11			31/12/10		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual
Terrenos	-	82.773	-	82.773	82.773	-	82.773
Edifícios	2,1	302.612	(95.318)	207.294	302.612	(92.072)	210.540
Instalações	10	37.277	(27.005)	10.272	36.808	(25.340)	11.468
Máquinas e equipamentos	9	104.995	(71.604)	33.391	99.575	(67.852)	31.723
Móveis e utensílios	10	17.907	(16.443)	1.464	17.659	(15.957)	1.702
Veículos	20	1.772	(1.548)	224	1.745	(1.484)	261
Equipamentos de informática	33	21.857	(18.865)	2.992	19.423	(18.447)	976
Outros	-	<u>10.228</u>	<u>(6.826)</u>	<u>3.402</u>	<u>10.130</u>	<u>(6.373)</u>	<u>3.757</u>
		579.421	(237.609)	341.812	570.725	(227.525)	343.200
Imobilizado em andamento	-	<u>148.048</u>	-	<u>148.048</u>	<u>122.963</u>	-	<u>122.963</u>
		<u>727.469</u>	<u>(237.609)</u>	<u>489.860</u>	<u>693.688</u>	<u>(227.525)</u>	<u>466.163</u>

	Taxa média anual de depreciação - %	Consolidado (BR GAAP e IFRSs)					
		30/09/11			31/12/10		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual
Terrenos	-	122.666	-	122.666	122.666	-	122.666
Edifícios	2,1	340.996	(102.931)	238.065	340.996	(99.092)	241.904
Instalações	10	44.861	(32.265)	12.596	43.808	(30.152)	13.656
Máquinas e equipamentos	9	159.465	(103.975)	55.490	149.332	(98.039)	51.293
Móveis e utensílios	10	18.691	(16.625)	2.066	18.265	(16.090)	2.175
Veículos	20	2.239	(1.865)	374	2.540	(2.107)	433
Equipamentos de informática	33	25.359	(21.473)	3.886	22.199	(20.998)	1201
Outros	-	<u>12.589</u>	<u>(7.395)</u>	<u>5.194</u>	<u>12.298</u>	<u>(6.773)</u>	<u>5.525</u>
		726.866	(286.529)	440.337	712.104	(273.252)	438.853
Imobilizado em andamento	-	<u>148.932</u>	-	<u>148.932</u>	<u>122.963</u>	-	<u>122.963</u>
		<u>875.798</u>	<u>(286.529)</u>	<u>589.269</u>	<u>835.067</u>	<u>(273.252)</u>	<u>561.816</u>

Em atendimento ao previsto na interpretação técnica ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, aprovada pela Resolução CFC nº 1.263/09, a Companhia efetuou uma análise do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, que visou realinhar o prazo da vida útil remanescente dos bens, cujos efeitos foram demonstrados a partir de 1º de janeiro de 2009. Para fins dessa análise, especialistas internos emitiram laudo de avaliação em 13 de setembro de 2010, o qual foi aprovado pela Administração da Companhia. Para a elaboração do laudo, foi considerado o planejamento operacional da Companhia para os exercícios futuros, antecedentes internos, tais como o nível de manutenção e utilização dos itens, elementos externos de comparação, tais como tecnologias disponíveis, recomendações e manuais de fabricantes e taxas de vivência dos bens.

A movimentação do imobilizado, está demonstrada a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
Saldo no início do período/exercício	466.163	437.649	561.816	521.742
Adições (líquidas das transferências de projetos encerrados):				
Terrenos	-	734	-	734
Instalações	468	663	1.055	999
Máquinas e equipamentos	5.422	6.604	10.143	9.767
Móveis e utensílios	248	261	437	398
Veículos	27	94	42	255
Equipamentos de informática	2.502	455	3.245	636
Imobilizado em andamento	25.294	32.785	26.170	32.809
Outros	<u>94</u>	<u>886</u>	<u>272</u>	<u>1.629</u>
	34.055	42.482	41.364	47.227
Saldo proveniente da aquisição da Melcon	-	-	-	11.373
Baixas líquidas/Transferências para o intangível	(225)	(1.103)	(225)	(1.665)
Depreciação	<u>(10.133)</u>	<u>(12.865)</u>	<u>(13.686)</u>	<u>(16.861)</u>
Saldo no fim do período/exercício	<u>489.860</u>	<u>466.163</u>	<u>589.269</u>	<u>561.816</u>

Bens dados em garantia e/ou penhora

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia e suas controladas possuíam bens do ativo imobilizado dados em penhora e aval de operações de empréstimos e financiamentos, bem como arrolados em defesa em processos judiciais, conforme informações descritas na nota explicativa nº 15.

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - “impairment”

De acordo com o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado e intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

Todos os itens do ativo imobilizado e intangível, que apresentam iniciativas de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, foram revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A menor Unidade Geradora de Caixa - UGC determinada pela Administração da Companhia e de suas controladas para avaliar a recuperação dos ativos tangíveis e intangíveis corresponde a cada uma de unidades produtivas. Foram estabelecidos indicadores de desempenho operacional e financeiro e, para as UGCs, a Administração efetuou análise detalhada do valor recuperável para cada ativo pelo método do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente e comparado ao valor dos ativos.

Em 30 de setembro de 2011, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado e intangível ao seu valor de recuperação.

13. INTANGÍVEL

	Controladora		Consolidado	
	(BR GAAP)		(BR GAAP e IFRSs)	
	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>
Marcas (a)	23.154	23.154	26.060	26.060
Softwares	4.857	5.494	5.096	5.629
Ágio - Asta Médica Ltda. (b)	-	-	11.446	11.446
Ágio - Biosintética Farmacêutica Ltda. (c)	-	-	203.942	203.942
Ágio - Indústria Farmacêutica Melcon do Brasil S.A. (d)	-	-	<u>13.901</u>	<u>13.901</u>
	<u>28.011</u>	<u>28.648</u>	<u>260.445</u>	<u>260.978</u>

(a) Representadas por marcas adquiridas de terceiros e/ou adquiridas em processo de aquisição de empresas controladas.

(b) Ágio proveniente da aquisição da controlada Asta Médica Ltda., incorporada pela Companhia em 2003, tendo sido amortizado até 31 de dezembro de 2008 com base na expectativa de rentabilidade futura.

- (c) Inclui o ágio da controlada Biosintética Farmacêutica Ltda., proveniente da incorporação reversa da então controladora Delta Participações Ltda., ocorrida em 31 de março de 2006, passando ambas a ser 100% das investidas da Companhia. O ágio correspondente está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.
- (d) Ágio proveniente da aquisição da controlada Indústria Farmacêutica Melcon do Brasil S.A. em agosto de 2010.

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
Saldo no início do período/exercício	28.648	29.844	260.978	248.243
Saldo proveniente de aquisição de empresas controladas	-	-	-	7
Ágio - Indústria Farmacêutica Melcon do Brasil S.A.	-	-	-	13.901
Adições - softwares	607	761	758	824
(+) Transferências do imobilizado em andamento	190	46	187	66
(-) Amortização - softwares	(1.434)	(2.003)	(1.478)	(2.063)
Saldo no fim do período/exercício	<u>28.011</u>	<u>28.648</u>	<u>260.445</u>	<u>260.978</u>

14. FORNECEDORES

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
Fornecedores nacionais	20.909	11.131	26.466	14.073
Fornecedores do exterior	<u>7.211</u>	<u>2.589</u>	<u>8.893</u>	<u>3.435</u>
	<u>28.120</u>	<u>13.720</u>	<u>35.359</u>	<u>17.508</u>

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Encargos anuais - %	Vencimento	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
			30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
Moeda nacional:						
PRÓ-DF (*)	25% do INPC+2,43%	2025	-	-	17.764	17.517
FINAME	TJLP +1,15% a 2,95%	2020	1.004	1.653	1.108	1.970
FINAME	e 4,50% a 5,50%	2016	4.031	-	4.865	76
FCO	9,5 a 10%	2018	-	-	3.286	2.810
BNDES	6%	2012	-	-	2.346	4.106
BNDES	UMBNDDES + 1,5%	2012	-	-	216	333
Profarma - BNDES	TJLP + 1,5% a 3%	2016	<u>171.421</u>	<u>211.437</u>	<u>171.454</u>	<u>211.494</u>
			176.456	213.090	201.039	238.306

	<u>Encargos anuais - %</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Controladora</u> <u>(BR GAAP)</u>		<u>Consolidado</u> <u>(BR GAAP e IFRSs)</u>	
			<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>
Moeda estrangeira	Libor + 0,95% a 2,85%	2013	<u>7.231</u>	<u>5.681</u>	<u>11.954</u>	<u>9.204</u>
Total			<u>183.687</u>	<u>218.771</u>	<u>212.993</u>	<u>247.510</u>
Circulante			70.821	65.356	79.132	71.598
Não circulante			<u>112.866</u>	<u>153.415</u>	<u>133.861</u>	<u>175.912</u>
Total			<u>183.687</u>	<u>218.771</u>	<u>212.993</u>	<u>247.510</u>

(*) A Companhia mantém um financiamento no Banco de Brasília com prazo de utilização contratado até 2025, cujos valores serão pagos em única parcela ao final de 15 anos contados a partir da liberação. A Companhia registra a dívida pelo seu valor presente, tendo seus efeitos na captação dos recursos contabilizados no resultado operacional e os ajustes decorrentes de alteração de taxa de juros e recomposição do valor original contabilizados no resultado financeiro. O ajuste financeiro é calculado considerando a taxa de juros SELIC projetada pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

O ajuste a valor presente do referido financiamento foi registrado conforme segue:

	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>
Ajuste a valor presente (passivo não circulante)	(19.747)	(19.431)
Dedução de vendas	963	-
Resultado financeiro	<u>159</u>	<u>1.400</u>
No resultado do período/exercício	<u>1.122</u>	<u>1.400</u>

- Moeda nacional

Estão substancialmente representados por captação de financiamento no Profarma - BNDES.

- Moeda estrangeira

Estão substancialmente representados por captação de recursos para importação de máquinas e equipamentos, com pagamentos semestrais de principal e juros e vencimentos até outubro de 2011.

a) Garantias e cláusulas restritivas

Controladora

O financiamento Profarma-BNDES é destinado à construção da nova unidade industrial de Guarulhos. Esses empréstimos preveem hipóteses usuais de vencimento antecipado, entre as quais se destacam o descumprimento dos seguintes índices financeiros, calculados considerando o “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA” e os resultados de 12 meses: limitar durante a vigência do contrato a distribuição de dividendos e os juros sobre o capital próprio em 50% do EBITDA consolidado e manter seu índice de endividamento igual ou inferior a 0,75% do ativo total consolidado, a serem apurados anualmente.

Adicionalmente, os financiamentos relacionados ao BNDES - Profarma têm como garantia a concessão, em primeira hipoteca, dos imóveis, das máquinas e dos equipamentos de sua propriedade, situados em Guarulhos - SP e São Paulo.

Controlada Biosintética Farmacêutica Ltda. - contratos celebrados antes de sua aquisição

O financiamento do PRÓ-DF, oriundo do Banco de Brasília, tem como garantia as aplicações financeiras (CDB), que equivalem a 10% do montante financiado. Essas aplicações estão demonstradas na rubrica “Aplicações financeiras”, no ativo não circulante.

Os financiamentos relacionados ao BNDES - Profarma têm como garantia a concessão, em primeira hipoteca, do imóvel de propriedade da controlada, localizado na cidade de São Paulo.

16. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	6.817	11.109	10.002	22.631
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	17.350	-	42.007	34
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	2.866	5.051	2.866	5.051
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	-	5.043	22
Programa de Integração Social - PIS	596	1.071	596	1.071
Outros	<u>1.025</u>	<u>159</u>	<u>4.688</u>	<u>145</u>
	<u>28.654</u>	<u>17.390</u>	<u>65.202</u>	<u>28.954</u>

17. PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas e seus respectivos saldos estão demonstrados a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	<u>30/09/11</u>	<u>30/09/10</u>	<u>30/09/11</u>	<u>31/09/10</u>
Receitas-				
Industrialização para a Biosintética Farmacêutica Ltda. (a)	25.431	18.928	-	-
Industrialização para a Indústria Farmacêutica Melcon S.A. (a)	24	-	-	-
Compras-				
Compras de mercadorias da Biosintética Farmacêutica Ltda. (a)	7.418	5.364	-	-

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	<u>30/09/11</u>	<u>30/09/10</u>	<u>30/09/11</u>	<u>31/09/10</u>
Ativo circulante:				
Contas a receber - Biosintética Farmacêutica Ltda. (b)	3.890	1.224	-	-
Dividendos e partes relacionadas a receber - Biosintética Farmacêutica Ltda.	-	112.925	-	-
Contas a receber - Labofarma Produtos Farmacêuticos Ltda. (b)	30	25	-	-
Adiantamento a fornecedor - Farmaprod Adm. e Serviços Ltda.	663	785	1.526	1.648
Adiantamento a fornecedor - Labofarma Prods. Farmacêuticos Ltda.	1.150	-	-	-
Adiantamento a fornecedor - Ind. Farmacêutica Melcon do Brasil S.A.	175	-	-	-

Passivo circulante:

Contas a pagar - Biosintética Farmacêutica Ltda. (b)	1.356	818	-	-
Dividendos a pagar	15.114	139.792	15.114	139.792

- (a) Industrialização de produtos e prestação de serviços corporativos repassados às empresas controladas pelo custo efetivamente incorrido nesses serviços.
- (b) Saldo de contas a receber e a pagar das referidas transações e reembolso de gastos comuns entre as sociedades através de notas de débito.

18. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas são partes em processos administrativos e judiciais de naturezas tributária, trabalhista e cível, distribuídos em diversas instâncias. A Administração, com base na avaliação dos consultores jurídicos externos, constituiu provisão para as causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

A composição das provisões por natureza é demonstrada a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>
Tributários	99.151	157.555	134.002	160.226
Trabalhistas	41.531	37.943	48.049	41.992
Cíveis	<u>3.297</u>	<u>2.615</u>	<u>3.297</u>	<u>2.615</u>
	143.979	198.113	185.348	204.833
Depósitos judiciais	<u>(88.183)</u>	<u>(76.408)</u>	<u>(88.819)</u>	<u>(76.693)</u>
	<u>55.796</u>	<u>121.705</u>	<u>96.529</u>	<u>128.140</u>

As movimentações encontram-se apresentadas a seguir:

	Controladora (BR GAAP)					<u>30/09/11</u>
	<u>31/12/10</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização</u>	
Tributários	157.555	11.745	(43.704)	(33.540)	7.095	99.151
Trabalhistas	37.943	12.669	(11.933)	-	2.852	41.531
Cíveis	<u>2.615</u>	<u>952</u>	<u>(270)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.297</u>
	198.113	25.366	(55.907)	(33.540)	9.947	143.979
Depósitos judiciais	<u>(76.408)</u>	<u>(6.390)</u>	<u>150</u>	<u>-</u>	<u>(5.535)</u>	<u>(88.183)</u>
	<u>121.705</u>	<u>18.976</u>	<u>(55.757)</u>	<u>(33.540)</u>	<u>4.412</u>	<u>55.796</u>

	Consolidado (BR GAAP e IFRSs)					<u>30/09/11</u>
	<u>31/12/10</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização</u>	
Tributários	160.226	44.601	(45.330)	(33.540)	8.045	134.002
Trabalhistas	41.992	14.895	(12.096)	-	3.258	48.049
Cíveis	<u>2.615</u>	<u>952</u>	<u>(270)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.297</u>
	204.833	60.448	(57.696)	(33.540)	11.303	185.348
Depósitos judiciais	<u>(76.693)</u>	<u>(6.747)</u>	<u>156</u>	<u>-</u>	<u>(5.535)</u>	<u>(88.819)</u>
	<u>128.140</u>	<u>53.701</u>	<u>(57.540)</u>	<u>(33.540)</u>	<u>5.768</u>	<u>96.529</u>

Com relação aos processos administrativos e judiciais envolvendo assuntos de natureza tributária mencionados, destacam-se os seguintes:

	Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>
PRÓ-DF (a)	30.635	-
PIS e COFINS (b)	5.886	5.309
IRPJ e CSLL (c)	23.278	41.993
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (d)	25.974	28.791
ICMS (e)	6.656	15.300
Outros	<u>41.573</u>	<u>68.833</u>
	134.002	160.226
Menos-		
Depósitos judiciais	<u>(80.262)</u>	<u>(76.033)</u>
	<u>53.740</u>	<u>84.193</u>

(a) Em junho de 2011, o Supremo Tribunal Federal - STF julgou diversas Ações Diretas de Inconstitucionalidade - ADINs que tinham por objetos incentivos fiscais e financeiros concedidos pelos Estados e Distrito Federal com relação ao ICMS.

Nesse contexto, o referido Tribunal julgou parcialmente procedente a ADIN nº 2.549, que questiona a constitucionalidade do incentivo financeiro concedido pelo Distrito Federal intitulado PRÓ-DF e que, desde novembro de 2004, vem sendo usufruído pela Biosintética.

Referida ADIN suspendia o trâmite da Ação Civil Pública - ACP nº 2005.01.1.063866-9, ajuizada em 23 de junho de 2005 pelo Ministério Público do Distrito Federal contra a Biosintética, Governo do Distrito Federal e Banco Regional de Brasília - BRB, pois ambas questionavam o programa PRÓ-DF.

No entanto, com o julgamento parcialmente procedente da ADIN, a ACP retomou o seu trâmite normal e, considerando a recente alteração de cenário no que diz respeito aos julgamentos que envolvem a guerra fiscal de ICMS, acreditamos, com base em parecer legal de nossos consultores jurídicos externos, que o risco de perda para essa demanda passou a ser provável, motivo pelo qual registramos provisão equivalente ao benefício financeiro usufruído pela Biosintética até o presente momento.

- (b) Ação ordinária que discute a decadência de competências remanescentes do questionamento judicial quanto à majoração de alíquota, Lei nº 9.718/98.
- (c) Dedutibilidade da CSLL no lucro real, dedutibilidade de parcela da correção monetária do balanço no lucro real e na base de cálculo da contribuição social e dedutibilidade de juros sobre o capital próprio na base de cálculo da contribuição social.
- (d) Majoração da alíquota - questionamento do aumento da contribuição ao FGTS em 0,5% calculada sobre a folha de pagamento dos funcionários e do aumento em 10% da multa rescisória.
- (e) Execuções fiscais embargadas, autos de infração lavrados pela Secretaria da Fazenda dos Estados de Pernambuco, Bahia, Espírito Santo e São Paulo que discutem substituição tributária, não internamento na Zona franca de Manaus, glosa de crédito, etc.

A Administração considera que o resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante na posição financeira ou nos negócios da Companhia.

A Companhia efetua, quando necessário, depósitos judiciais não vinculados às provisões para contingências, classificados em rubrica específica do ativo não circulante.

Parcelamentos de débitos tributários instituídos pela Lei nº 11.941/09

Em 27 de maio de 2009, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.941, resultado da conversão da Medida Provisória nº 449/08, a qual, entre outras alterações na legislação tributária, trouxe um novo parcelamento de débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil e pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e de débitos com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, incluindo o saldo remanescente dos débitos consolidados no REFIS (Lei nº 9.964/00), no Parcelamento Especial - PAES (Lei nº 10.684/03) e no Parcelamento Excepcional - PAEX (Medida Provisória nº 303/06), além dos parcelamentos convencionais previstos no artigo 38 da Lei nº 8.212/91 e no artigo 10 da Lei nº 10.522/02.

Na adesão ao parcelamento instituído pela Lei nº 11.941, de 30 novembro de 2009, a Companhia inscreveu débitos fiscais no INSS, no montante de R\$24.088, e débitos fiscais na Secretaria da Receita Federal, referentes a PIS, COFINS e imposto de renda, de R\$26.342, totalizando R\$50.430.

Em 29 de junho de 2011, foi concluído o processo de consolidação dos débitos fiscais perante a Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, pois o total dos débitos consolidados somou R\$40.897.

A Companhia, em 30 de junho de 2011, efetuou o recálculo dos débitos consolidados. O montante recalculado foi de R\$33.579 para liquidação a prazo das quatro modalidades de débitos incluídas no REFIS. No entanto, a Companhia optou pela antecipação de todas as parcelas vincendas referentes a três dessas modalidades, visando auferir os descontos semelhantes ao pagamento à vista nessas categorias de débitos, conforme prevê a legislação vigente. Nesse compasso, foram liquidadas à vista três modalidades de débitos no montante de R\$18.202; o saldo remanescente de R\$9.739, referente à quarta modalidade ainda não liquidada, será liquidado em 161 parcelas mensais a partir de 30 de junho de 2011. Considerando os pagamentos efetuados e o saldo remanescente a pagar, a Companhia registrou um ganho no seu resultado de R\$22.489.

Em 30 de setembro de 2011, a Administração da Companhia decidiu efetuar a antecipação das parcelas restantes da única modalidade remanescente do parcelamento do valor total, registrando um ganho no seu resultado na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” de R\$1.714.

Processo classificados como risco de perda possível

Processo Administrativo nº 16643.720001/2011-18

Em maio de 2011, a Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra a Biosintética no valor total de aproximadamente R\$301.000, para exigir supostos débitos de IRPJ e CSLL referentes aos anos-base 2006 a 2009, por entender que a Biosintética não teria preenchido as condições legais para deduzir os encargos de amortização do ágio pago na aquisição da empresa Delta Participações Farmacêuticas S.A. (“Delta”).

A Companhia apresentou impugnação à referida autuação, e acreditamos, com base em parecer legal de nossos consultores jurídicos externos, que os argumentos de defesa estão bem fundamentados e que o risco de perda, com relação à dedução do ágio, é possível com tendência a remoto, enquanto, com referência à aplicação da multa majorada, o risco de perda é remoto. Por essa razão, não registramos nenhuma provisão para esse caso, tendo em vista que a questão não deve ter impacto em nossas informações contábeis em 30 de setembro de 2011.

Adicionalmente, em 30 de setembro de 2011, existiam em outras reclamações trabalhistas processos cíveis, tributários e administrativos contra a Companhia e suas controladas, para os quais seus consultores jurídicos externos classificaram a possibilidade de perda como possível, no montante total de R\$59.581 (R\$51.594 em 31 de dezembro de 2010), para os quais, portanto, não foi registrada nenhuma provisão para essas reclamações.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gerenciamento de capital

A Administração da Companhia gerencia seus recursos, a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros com instituições financeiras, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos estoques, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Este índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 podem ser assim sumariados:

	Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 15)	212.993	247.510
Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5)	(550.767)	(495.841)
Aplicações financeiras	<u>(5.703)</u>	<u>(5.204)</u>
Posição financeira líquida	<u>(343.477)</u>	<u>(253.535)</u>
Patrimônio líquido	1.244.451	1.034.992
Total do capital	407.310	407.310
Índice de posição financeira líquida	(84,33%)	(62,25%)

b) Categorias dos instrumentos financeiros

	Controladora (BR GAAP)	
	Valor contábil e valor de mercado	
	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>
Ativos financeiros-		
Empréstimos e recebíveis:		
Caixa e equivalentes de caixa	161.077	120.190
Contas a receber	120.758	114.021
Outros passivos financeiros-		
Empréstimos	183.687	218.771

	Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	Valor contábil e valor de mercado	
	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>
Ativos financeiros:		
Mantidos até o vencimento-		
Títulos e valores mobiliários	5.703	5.204
Empréstimos e recebíveis:		
Caixa e equivalentes de caixa	550.767	495.841
Contas a receber	181.643	179.739
Outros passivos financeiros-		
Empréstimos	212.993	247.510

A Administração da Companhia é da opinião que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, em razão de o vencimento de parte substancial dos saldos ocorrer em data próxima às dos balanços. O saldo da rubrica “Empréstimos e financiamentos” é atualizado monetariamente com base em índices de inflação e juros variáveis em virtude das condições de mercado; portanto, o saldo devedor registrado nas datas dos balanços está próximo ao do valor de mercado.

Contudo, tendo em vista que não há mercado ativo para esses instrumentos, as diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

c) Valor de mercado de instrumentos financeiros

Os saldos financeiros de caixa e equivalentes de caixa (caixa, bancos e aplicações financeiras), contas a receber de clientes e passivo circulante correspondem ao valor de mercado em razão de o vencimento ocorrer em data próxima à do balanço. O saldo da rubrica “Empréstimos e financiamentos” é atualizado monetariamente com base em juros variáveis em virtude das condições de mercado; portanto, os saldos devedores existentes nas datas dos balanços correspondem ao valor de mercado ajustado a valor presente.

d) Taxas de juros

A Companhia celebrou contratos com taxas de juros flutuantes substancialmente relacionadas à remuneração da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP mais 3% ao ano nos financiamentos e empréstimos contraídos em reais e juros variáveis de Libor acrescida de 0,95% ao ano para os empréstimos em moeda estrangeira. As taxas de juros nas aplicações financeiras são vinculadas à remuneração do CDI.

e) Concentração de risco de crédito

Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia e suas controladas à concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldos em bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais. O saldo da rubrica “Contas a receber de clientes” está distribuído em diversos clientes e não existe um cliente que represente concentração de 10% ou mais do total da receita operacional líquida, nem do saldo a receber. Para reduzir o risco de crédito, a Companhia tem feito avaliação individual dos clientes, mas, como uma prática de mercado, não requer recebimento antecipado nem garantias. A Administração da Companhia monitora o risco do saldo a receber de clientes através da avaliação dos créditos de liquidação duvidosa.

f) Risco com taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentam os valores nominais a pagar ou os valores captados no mercado.

Existem valores a pagar denominados em moeda estrangeira (dólares norte-americanos, euros, francos suíços, libras esterlinas e ienes), estando, portanto, expostos a riscos relacionados à variação do câmbio. Os totais de ativos e passivos sujeitos à exposição cambial, nas respectivas moedas, estão demonstrados a seguir:

		Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
		<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>
<u>Em euros:</u>	EUR				
Ativos		1.217	1.067	1.736	2.013
Passivos		<u>(1.798)</u>	<u>(373)</u>	<u>(2.324)</u>	<u>(463)</u>
Exposição líquida		<u><u>(581)</u></u>	<u><u>694</u></u>	<u><u>(588)</u></u>	<u><u>(1.550)</u></u>
<u>Em dólares norte-americanos:</u>	US\$				
Ativos		513	651	1.162	2.906
Passivos		<u>(2.088)</u>	<u>(878)</u>	<u>(2.298)</u>	<u>(1.280)</u>
Exposição líquida		<u><u>(1.575)</u></u>	<u><u>(227)</u></u>	<u><u>(1.136)</u></u>	<u><u>1.626</u></u>
<u>Em francos suíços:</u>	CHF				
Passivos		<u>(208)</u>	<u>(157)</u>	<u>(208)</u>	<u>(157)</u>
Exposição líquida		<u><u>(208)</u></u>	<u><u>(157)</u></u>	<u><u>(208)</u></u>	<u><u>(157)</u></u>
<u>Em libras esterlinas:</u>	GBP				
Passivos		<u>(3)</u>	<u>(3)</u>	<u>(3)</u>	<u>(3)</u>
Exposição líquida		<u><u>(3)</u></u>	<u><u>(3)</u></u>	<u><u>(3)</u></u>	<u><u>(3)</u></u>
<u>Em ienes:</u>	JPY				
Passivos		<u>-</u>	<u>(350)</u>	<u>-</u>	<u>(350)</u>
Exposição líquida		<u><u>-</u></u>	<u><u>(350)</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>(350)</u></u>

Entre os principais saldos expostos à variação cambial temos:

- Clientes - esses ativos geraram saldo devedor de variação cambial nos montantes de R\$5 na controladora e de R\$215 devedor no consolidado em 30 de setembro de 2011 (saldo credor de R\$3 na controladora e de R\$192 no consolidado em 30 de setembro de 2010).
- Fornecedores e adiantamentos - esses passivos geraram saldo credor de variação cambial nos montantes de R\$915 na controladora e de R\$875 credor no consolidado em 30 de setembro de 2011 (saldo devedor de R\$78 na controladora e de R\$303 no consolidado em 30 de setembro de 2010).
- Empréstimos e financiamentos - conforme descrito na nota explicativa nº 15, estão acrescidos dos encargos pactuados até as datas dos balanços, totalizando um saldo de passivo no montante de R\$7.231 na controladora e de R\$11.954 no consolidado em 30 de setembro de 2011 (R\$6.828 na controladora e R\$9.617 no consolidado em 30 de setembro de 2010). Esses passivos geraram saldo credor de variação cambial no montante de R\$741 na controladora e saldo credor de R\$1.227 no consolidado (saldo credor de R\$145 na controladora e saldo credor de R\$263 no consolidado em 30 de setembro de 2010).

g) Contratos com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos.

h) Gerenciamento do risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito bancárias e capacidade de liquidar posições de mercado.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia e de suas controladas, considerando o fluxo de caixa esperado, caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5). Além disso, a política de gestão de liquidez da Companhia e de suas controladas envolve a projeção de fluxos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial e a manutenção de planos de financiamento de dívida. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados consolidados:

	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 4 anos	Acima de 4 anos	Total
Fornecedores	35.359	-	-	-	35.359
Empréstimos e financiamentos	79.132	18.471	78.077	37.313	212.993

i) Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros da Companhia são monitorados pela Administração, principalmente aqueles relacionados à variação das aplicações financeiras e dos empréstimos captados. A Administração realizou estudos quanto à análise de sensibilidade sobre os seus instrumentos financeiros, considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido na data das informações contábeis, conforme sugerido pelo CPC 40- Instrumentos financeiros: Evidenciação e pela IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações, e não identificou efeitos relevantes que pudessem distorcer as informações contábeis tomados em conjunto.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2011, o capital social está composto por 63.900.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas residentes no País.

b) Reservas de capital

Reserva especial de ágio	167.767
Reserva de ágio na emissão de ações	<u>6.445</u>
	<u>174.212</u>

A reserva especial de ágio corresponde à contrapartida do ágio incorporado pela Companhia em anos anteriores, deduzido da provisão para manutenção da integridade do patrimônio dos acionistas, cujo efeito líquido corresponde ao benefício fiscal a ser gerado na sua realização e registrado como ativo diferido de imposto de renda.

A reserva de ágio na emissão de ações tem origem na subscrição e integralização das ações preferenciais, as quais foram baixadas no montante de R\$63.577, em contrapartida ao resgate de ações preferenciais.

c) Reservas de lucros

	Consolidado	
	(BR GAAP e IFRSs)	
	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>
Reserva legal (i)	43.807	43.807
Reserva para novos produtos, pesquisa e desenvolvimento e investimentos em ativo imobilizado (ii)	184.341	54.395
Reserva de lucros para expansão (iii)	33.650	33.650
Reserva para incentivos fiscais (iv)	289	289
Reserva de lucros não distribuídos (v)	<u>-</u>	<u>129.946</u>
	<u>262.087</u>	<u>262.087</u>

- (i) Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.
 - (ii) Constituída para atender aos gastos de lançamentos de novos produtos, gastos de pesquisa e desenvolvimento e investimentos em ativo imobilizado nos termos previstos no Estatuto Social da Companhia.
 - (iii) Retenção de lucros, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para atender aos planos de expansão previstos em orçamento de capital.
 - (iv) As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar e posteriormente são destinadas à reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido, desde que atendidas às condições do CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais.
 - (v) A retenção referente ao exercício de 2010 está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração no dia 24 de fevereiro de 2011, a qual foi aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária de 26 de abril de 2011.
- d) Política de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

O Estatuto Social assegura um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício, deduzido para constituição da reserva legal de 5% do lucro, conforme a Lei nº 6.404/76. O lucro remanescente terá a destinação que lhe derem os acionistas em Assembleia Geral.

O Estatuto Social faculta a distribuição de dividendos com base em balanços semestrais ou intermediários.

Em 1º de dezembro de 2010, foi aprovada a distribuição de dividendos para pagamento a partir de 2011, no montante de R\$53.429 com base no lucro líquido apurado nas informações contábeis de 30 de novembro de 2010.

Em 24 de maio de 2011, foi deliberado em reunião do Conselho de Administração o pagamento antecipado de juros sobre o capital próprio no montante de R\$27.000 (R\$22.950 líquidos do IRRF), tomando-se como base o lucro líquido do primeiro trimestre de 2011, apurado em balanço intermediário da Companhia levantado em 31 de março de 2011.

21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	<u>30/09/11</u>	<u>30/09/10</u>	<u>30/09/11</u>	<u>30/09/10</u>
Receita bruta de vendas	1.103.819	979.975	1.946.949	1.669.839
Devoluções, descontos e outros	(245.979)	(206.719)	(767.270)	(603.690)
Impostos incidentes sobre as vendas	<u>(129.017)</u>	<u>(115.867)</u>	<u>(157.057)</u>	<u>(141.408)</u>
	<u>728.823</u>	<u>657.389</u>	<u>1.022.622</u>	<u>924.741</u>

22. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	<u>30/09/11</u>	<u>30/09/10</u>	<u>30/09/11</u>	<u>30/09/10</u>
Custos variáveis, fixos de produção e demais despesas comerciais e administrativas	335.649	290.523	458.865	400.179
Gastos com pessoal	170.399	154.756	227.019	204.366
Depreciação e amortização	<u>11.567</u>	<u>10.177</u>	<u>15.164</u>	<u>12.866</u>
	<u>517.615</u>	<u>455.456</u>	<u>701.048</u>	<u>617.411</u>
Custo dos produtos vendidos	150.724	135.027	208.466	186.366
Com vendas	307.469	270.492	414.464	373.410
Gerais e administrativas	<u>59.422</u>	<u>49.937</u>	<u>78.118</u>	<u>57.635</u>
	<u>517.615</u>	<u>455.456</u>	<u>701.048</u>	<u>617.411</u>

23. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	<u>30/09/11</u>	<u>30/09/10</u>	<u>30/09/11</u>	<u>30/09/10</u>
Despesas com integração	(1.596)	(692)	(1.596)	(1.185)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	34.782	(9.553)	1.409	(9.173)
Resultado na venda de ativos permanentes	(32)	85	(35)	234
PIS e COFINS sobre outras receitas	350	480	1.417	667
Outras	<u>526</u>	<u>396</u>	<u>1.055</u>	<u>1.021</u>
	<u>34.030</u>	<u>(9.284)</u>	<u>2.250</u>	<u>(8.436)</u>

24. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	<u>30/09/11</u>	<u>30/09/10</u>	<u>30/09/11</u>	<u>30/09/10</u>
Receita de juros	15.956	11.551	44.550	33.130
Variações monetárias ativas	5.559	3.959	5.559	3.990
Realização de ajuste a valor presente	-	-	1.316	1.927
Outras receitas financeiras	<u>931</u>	<u>228</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total das receitas financeiras	<u>22.446</u>	<u>15.738</u>	<u>51.425</u>	<u>39.047</u>
Despesas de juros	(4.286)	(14.746)	(5.218)	(15.659)
Variações monetárias passivas	(10.105)	(9.357)	(11.461)	(9.502)
Outras despesas financeiras	<u>(488)</u>	<u>(448)</u>	<u>(874)</u>	<u>(795)</u>
Total das despesas financeiras	<u>(14.879)</u>	<u>(24.551)</u>	<u>(17.553)</u>	<u>(25.956)</u>
Variação cambial passiva	(3.762)	(2.668)	(5.926)	(4.673)
Variação cambial ativa	<u>2.100</u>	<u>3.175</u>	<u>3.736</u>	<u>5.260</u>
Total da variação cambial líquida	<u>(1.662)</u>	<u>507</u>	<u>(2.190)</u>	<u>587</u>

25. PLANO DE APOSENTADORIA COMPLEMENTAR

A Companhia é patrocinadora de plano de aposentadoria complementar, que abrange todos os seus colaboradores, na modalidade de um Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL, administrado por entidade de previdência privada, no regime financeiro de capitalização. O valor do benefício é calculado em virtude da reserva matemática de benefícios a conceder na data de aposentadoria.

Estão inseridos no plano de aposentadoria oferecido os seguintes benefícios:

- Aposentadoria por idade reversível ao cônjuge.
- Aposentadoria por invalidez reversível ao cônjuge.
- Pensão ao cônjuge não aposentado reversível a filhos menores de 21 anos.

Os benefícios de risco (aposentadoria por invalidez e pensão ao cônjuge) foram modelados conforme um plano de contribuição definida.

A Companhia não tem nenhuma responsabilidade quanto ao risco técnico relativo à sobrevivência durante o período de capitalização ou mortalidade após o participante usufruir de benefício ou risco de invalidez no período de capitalização.

As contribuições da Companhia para o plano de previdência complementar durante o período findo em 30 de setembro de 2011 totalizaram R\$1.523 (R\$1.539 em 30 de setembro de 2010).

26. INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

A Administração da Companhia e suas controladas definem como “caixa e equivalentes de caixa” valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não a investimento nem outros fins. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor. Em 30 de setembro de 2011, os saldos que compõem essa conta estão apresentados na nota explicativa nº 5.

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia e de suas controladas são como segue:

	Companhia (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	30/09/11	30/09/10	30/09/11	30/09/10
Compensação de imposto de renda com impostos a recuperar	8.565	-	8.640	-

27. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota uma política de seguros considerando a concentração de riscos e sua relevância, a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

28. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS - CONSOLIDADO

A Companhia e suas controladas incluem em suas políticas de recursos humanos o Plano de Participação nos Resultados - PPR e bônus aos administradores, não abrangidos por nenhum outro programa de remuneração variável oferecido por aquelas empresas. As metas e os critérios de definição e distribuição da verba de premiação são acordados entre as partes, incluindo os sindicatos que representam os colaboradores, com objetivos de ganhos de produtividade, de competitividade e de motivação e engajamento dos participantes. A PPR em 30 de setembro de 2011 era de R\$16.361 (R\$14.260 em 30 de setembro 2010).

29. LUCRO POR AÇÃO

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do período com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico:

	<u>30/09/11</u>	<u>30/09/10</u>
Numerador básico e diluído-		
Alocação do lucro líquido do período para os acionistas - R\$	236.968	199.179
Denominador básico e diluído-		
Ações em circulação (em milhares)	63.900	63.900
Lucro líquido por ação básico e diluído - R\$	3,71	3,12

30. APROVAÇÃO PARA EMISSÃO DAS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

As presentes informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram aprovadas para divulgação pelo Conselho de Administração em reunião ocorrida em 26 de outubro de 2011.

Conselho de Administração

Adalmiro Dellape Baptista	Presidente
José Luiz Depieri	Vice-Presidente
Adalberto Panzenboeck Dellape Baptista	Conselheiro
Alexandre Gottlieb Lindenbojm	Conselheiro
Carlos Eduardo Depieri	Conselheiro
Jonas de Campos Siaulys	Conselheiro
Luiz Antônio Martins Amarante	Conselheiro
Luiz Carlos Vaini	Conselheiro
Ricardo Panzenboeck Dellape Baptista	Conselheiro

Diretoria

José Ricardo Mendes da Silva	Diretor Presidente
Carlos Alberto Melo	Diretor de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
Celso Pereira Sustovich	Diretor de Desenvolvimento de Negócios
Manoel Arruda Nascimento Neto	Diretor da Unidade de Negócios Prescrição I
Marcelo Néri	Diretor da Unidade de Negócios Prescrição II
Sidinei Righini	Diretor Financeiro
Vânia de Azevedo Nogueira de A. Machado	Diretora Comercial
Wilson Roberto de Farias	Diretor Industrial
Francisco Luiz Malena	Gerente Executivo de Inteligência Competitiva
Rogério Lobato Acquaroli	Gerente Executivo Médico
Wagner Coelho	Gerente Executivo de “Supply Chain”

Contador

Rosana de Mello Nasareth
CRC - SP - 258386/O-5